

---

# A HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA NO RIO GRANDE DO SUL E A ESCRITA DO TEMPO DA NAÇÃO: UM ESTUDO DE CASO

## THE HISTORY OF HISTORIOGRAPHY IN RIO GRANDE DO SUL AND THE WRITING OF THE TIME OF NATION: A CASE STUDY

---

Carlos Henrique Armani  
Doutor em História pela PUCRS  
Professor Adjunto do Departamento de História da UFSM  
E-mail: [carlos.armani@ufsm.br](mailto:carlos.armani@ufsm.br)

**RESUMO:** Esse artigo é uma reflexão sobre a relação entre tempo e identidade nacional no pensamento de Emílio de Souza Docca, intelectual sócio-fundador do IHGRGS, que viveu no Brasil na primeira metade do século XX. Sua obra foi direcionada para a consolidação da ideia de identidade nacional, fortemente ancorada nos pressupostos de uma escrita oficial da história, especialmente ligada ao Estado Novo no Brasil.

**PALAVRAS CHAVE:** Historiografia Brasileira. Identidade Nacional. Emílio de Souza Docca.

**ABSTRACT:** This article is a reflection about the relation between time and national identity in the thought of Emílio de Souza Docca, founding partner intellectual of IHGRGS who lived in Brazil during the first half of XX Century. His work was focused on the consolidation of the idea of national identity, strongly anchored on the assumptions of an official writing history, especially linked to the Estado Novo in Brazil.

**KEY WORDS:** Brazilian Historiography. National Identity. Emílio de Souza Docca.

Aquilo que se sabe quando ninguém nos interroga, mas que não se sabe mais quando devemos explicar, é algo sobre o que se deve refletir (Ludwig Wittgenstein, *Investigações filosóficas*)

A raiz da memória mergulha [...] num ‘espaço de experiência’ aberto tanto à recordação como às expectativas, horizonte que o recebe como *herança* e como possibilidade de se vencer a morte, num jogo ilusório que finge esquecer que, tarde ou cedo [...] também os mortos ficarão órfãos de seus filhos (Fernando Catroga, *Memória e história*)

### INTRODUÇÃO

A proposta desse artigo é apresentar algumas incursões teóricas sobre o pensamento do historiador Emílio de Souza Docca, intelectual não tão consagrado quanto outros de seu tempo<sup>1</sup>, mas que deixou um conjunto de obras nas quais predominaram as investigações em

---

<sup>1</sup> A historiografia relativa a Souza Docca é marcada por uma diversidade de enfoques, que variam da biografia saudosista, comum por parte de seus contemporâneos, até aproximações por abordagens temáticas. Outros

torno da história nacional e dos seus principais desdobramentos em termos regionais. Problematizar a escrita da história (historiografia) em Souza Docca a partir de uma metanarrativa que colocava o Brasil nação como cerne de sua preocupação, esforçando-se por aglutinar nessa narrativa os diversos regionalismos que supostamente obnubilavam o ser do Brasil na sua totalidade é o ponto de partida desse trabalho<sup>2</sup>. Minha intenção maior, contudo, é examinar a relação de suas narrativas da nação com o tempo, ou melhor, os recursos narrativos que apelavam para determinados modos de representação temporal da história, o que significa a compreensão ontológica que o autor tinha da própria historicidade. Nas diversas maneiras de pensar a historicidade da nação (e do Rio Grande do Sul), Souza Docca lançou mão do que poderíamos denominar a tríade temporal- passado, presente e futuro- para demarcar o papel do Brasil e do Rio Grande do Sul na história. Quais eram as perspectivas do autor em termos de raízes e opções, ou, entre o passado e o futuro da nação diante do presente que colocava para ele a necessidade da decisão, sobretudo de uma decisão que implicava manter a permanência do Brasil na história?

Não vou me deter em detalhes nos aspectos biográficos do autor, nem na sua posição social. Não se trata de negligenciar o contexto, mas de reconhecer que, juntamente com a sociedade e as motivações psicobiográficas, há uma variável contextual, uma historicidade de contextos que confluem na leitura de um texto, tais como – além dos citados aspectos biográficos e sociais – a cultura, a época, estruturas e jogos de linguagem, como também o corpus conceitual do autor, seja na sua relação com sua própria obra, seja na relação com outros autores (LACAPRA, 1983, pp. 36-71). Dentre os contextos possíveis, vou me deter mais no contexto de uma tradição intelectual de pensamento acerca da nação que tinha na filosofia da história uma espécie de código para tornar a nação significativa, especialmente quando as variáveis temporais de sua existência estavam em jogo. Seguramente, o pertencimento do autor às Forças Armadas contribuiu para que a sintaxe da nação fosse mais

---

associam seu pensamento à construção de uma identidade dos setores dominantes da sociedade, a partir do desenvolvimento de um pensamento comprometido com a manutenção das estruturas sociais: em suma, Souza Docca foi tomado como objeto de estudo sob múltiplos enfoques, os quais poderiam ser classificados em três abordagens: 1) a historiográfica que, em linhas gerais, vincula seu pensamento à produção do conhecimento histórico positivista; 2) a biográfica, mais voltada para sua biografia, sem maiores preocupações com a problematização de sua produção intelectual; 3) as abordagens por temas, em que se toma como liame de investigação um determinado grupo de intelectuais que produziu algum trabalho acerca de um tema específico, como, por exemplo, os estudos relativos aos índios. No primeiro caso, podemos inserir os estudos de: (ALMEIDA, 1983; GUTFREIND, 1998; FLORES, 1990); no segundo, os estudos de: (ABREU, 1954; DUARTE, 1945; BELLO, 1946; ROSA, 1945; FAGUNDES, 1961);

<sup>2</sup> Faço uso da distinção proposta por Heidegger em *Ser e tempo*, que indica a diferenciação entre história como o ser do gestar-se e a disciplina que toma tal realidade como objeto de indagação, a historiografia. Ver: (HEIDEGGER, 2012, p. 1019-1021).

adjetiva, auto-referencial e laudatória, em prejuízo de uma reflexão mais substancial, apesar de sua presença dispersa nos seus textos.

Souza Docca viveu entre 1884 e 1945 e produziu a maior parte de sua obra nos anos 30 do século XX. Sócio-fundador do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS) e membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), militar de carreira, Souza Docca foi um intelectual comprometido com as grandes questões de seu tempo, como a busca constante de uma identidade que refletisse o “caráter nacional” do Brasil e, em particular, do Rio Grande do Sul. Como general do Exército, a exemplo de muitos historiadores militares do período, Docca escreveu uma obra carregada de elogios às Forças Armadas, através dos quais ressaltava a suposta qualidade moral daquelas instituições na consolidação da identidade nacional brasileira. Em termos de demarcação ideológica de seu pensamento, ele foi, juntamente com a maior parte de seus colegas do IHGRS, um representante importante dos ideais políticos do Estado Novo inaugurado em 1937, período em que os regionalismos, como política cultural de Estado, decaíram.

Souza Docca, a exemplo de sua comunidade de escrita (o IHGRS), se vinculou a uma noção de tempo cujo passado distribuía o sentido de realidade para o presente e para o futuro. Isso fez dele um historiador que pensava a raiz como opção de futuro para o Brasil, na qual o passado supostamente intocado do Rio Grande do Sul como tradição de nação se perdia na atmosfera densa da imagem pouco móvel de uma eternidade consubstanciada no Estado-nação brasileiro. Em sua escrita da história, o tempo aparecia em pelo menos três modalidades diferentes, que remetiam, na sua totalidade, para a vontade de fixidez e perenização do passado brasileiro. Enfim, um modo de escrever com a morte e contra a morte, para retomar a célebre inspiração heideggeriana de Certeau (1975, pp. 18-19): o tempo litúrgico da reprodutibilidade como modo de celebração e perenização da história; o tempo da ruptura com o passado e, por fim, o tempo linear como irreversibilidade do passado e do futuro. Todas essas noções convergiam para um “ser do gestar-se” que depositava no passado todo o peso de seu ser e poder ser<sup>3</sup>, embora eles implicassem uma inter-relação entre si: dentro do tempo progressista, havia o tempo da reprodutibilidade mítica do qual aquele não podia se desvincular, posto que o passado para o autor, estava profundamente ligado ao presente e ao futuro. Os exemplos passados, para terem maior eficácia, deveriam ser reproduzidos ritualisticamente – diríamos que os congressos e seminários dos quais Souza Docca participou

---

<sup>3</sup> Tomo tais expressões de empréstimo a Heidegger (2012, cap. 5), sem pretensões de pensar o ser do gestar-se como um problema ontológico da história, menos ainda do poder ser como abertura radical da temporalidade estática. Trata-se apenas de conceitos para usos operacionais.

nas datas comemorativas dos grandes eventos (Revolução Farroupilha, Independência do Uruguai, centenário do Duque de Caxias, do IHGB etc.), eram a ritualização institucionalizada da história sagrada, os lugares em que, por excelência, confluíam as relações entre comemoração e poder (CATROGA, 2001, p. 59). Nesse sentido, emergia o tempo perene, na medida em que o passado tinha exemplos permanentes a serem seguidos e imitados para levar o *homem brasileiro* ao progresso. O corte com o passado servia para identificar o *não-ser*, para suprimir dele resíduos daquilo que se chocava com a identidade brasileira e do Rio Grande do Sul como referencial de unidade nacional e bastião do torrão lusitano nas fronteiras sempre tensas do Sul.

Para avançar um pouco mais nessas questões, vou propor a análise, de modo breve, dessas perspectivas de tempo implicadas na sua escrita da história, ou melhor, como o tempo estava implicado na construção de sua narrativa da história.

## 1 - O TEMPO DA REPRODUTIBILIDADE

Começamos pelo tempo da reprodutibilidade. Se fizermos uma análise das datas em que Souza Docca produziu seus principais livros, artigos e conferências, grande parte deles se situou em datas-chave (ou próximo delas) para a comemoração de um episódio histórico. *O porquê da brasilidade farroupilha*, *O sentido brasileiro da Revolução Farroupilha*, *A independência do Uruguai*, *Convenção preliminar de paz de 1828*, *O duque do Brasil*, *O Bicentenário da colonização de Porto Alegre*, *o Primeiro centenário do combate de Monte Santiago* e *No centenário do IHGB* foram alguns dos trabalhos que Souza Docca publicou para fins de comemoração das respectivas festividades e reforço da lembrança dos “exemplos de patriotismo” advindos do passado.

Essas datas-chave eram momentos sagrados, de rompimento do tempo profano, para a ritualização dos arquétipos fornecidos pela história pátria. Souza Docca não tentava reproduzir esse passado de modo comportamental – como ocorria nos desfiles tão caros ao Estado Novo –, mas sim fazê-lo através de palavras<sup>4</sup>, da tentativa de exprimir minimamente o *inefável* – os atos heróicos. O que havia de mítico nesse sentido era a reprodutibilidade do tempo primordial como forma de ver na experiência passada o espaço do sagrado, do vivo e do significativo/exemplar. O tempo da tradição, assim, era um tempo não somente cristalizado – em função dos exemplos – como também um tempo que se reproduzia através

---

<sup>4</sup> Como bem salientou Austin, na esteira do comportamentalismo da Psicologia, uma fala também pode ser um comportamento ou, na sua terminologia, um ato.

do rito. O tempo mítico envolvia uma necessidade de ontologização do passado, de modo que as histórias significativas se atualizassem perenemente através da liturgia. O rito tinha a função de reproduzir um passado puro, identificado com sua essência, de modo que se realizasse o próprio mito.

Esse aspecto vivo do mito, reproduzido a partir do rito, fica claro nessa passagem de uma conferência de Souza Docca no IHGB, ao referir-se ao primeiro centenário do combate de Monte Santiago (ocorrido em 1827), entre as Províncias Unidas do Prata e o Brasil:

Nenhum deles [os soldados brasileiros] mais existe em matéria, não têm mais personalidade física, mas o espírito grandioso que os animava – o amor pelo Brasil, e a bravura que retesavam e movia seus braços intrêmulos, existem ainda vivos, palpitanes e aqui nos congregam, em homenagem justíssima às suas cinzas venerandas, às suas memórias inesquecíveis, aos seus feitos gloriosos (DOCCA, 1927, p. 441).

O tempo se reproduzia e envolvia os homens do passado e do presente numa comunidade substancial do *ser* brasileiro e sul-brasileiro – uma sacralização dos agentes históricos que excluía o espaço do profano. O “aqui” que congregava Souza Docca e seus demais interlocutores naquela conferência do IHGB era não somente o espaço físico do sagrado – o local onde era realizada a liturgia –, mas também o tempo do “aqui”, no qual se diluía a diferença entre passado, presente e futuro, ao tornar o passado vivo através de sua repetição. Essa qualidade dava margem para um tempo complementar: o perene. Se passado e presente formavam a unidade viva, sagrada, que envolvia os homens do passado e do presente numa identidade consubstanciada pelo *ser* do Brasil, a idéia de conceber essa relação *sub specie aeternitatis* era, juntamente com o rito, o modelo concebido pelo autor para reforçar a vivacidade do *ser*.

Notemos outra passagem da obra de Souza Docca, dessa vez num sentido de veneração do marechal e ministro de guerra Carlos Machado de Bittencourt, e que reproduzia o rito para tornar o mito vivo e cristalizá-lo a partir de uma sobreposição do agente histórico – no caso Bittencourt – em relação ao tempo. Seguem suas palavras:

Dos iluminados não se apaga nunca a luz do espírito que os animou e a sementeira fecunda de suas idéias, de seus atos, de seus exemplos – vicejam, florescem, frutificam sempre [...] Rendamos, pois, fervoroso e consciente culto aos nossos heróis, aos que deixaram traços indeléveis de seus feitos nas páginas da história, ao serviço da Pátria em todos os ramos da atividade humana – porque esse culto, como pontificou Carlyle, é um remédio vigoroso para a descrença que tantos males gera, sendo ao mesmo tempo,

uma das colunas mestras do templo da nacionalidade, que devemos guardar, com a fé fervorosa do filho, com a coragem e com o desprendimento próprios do soldado, do soldado de que Carlos Machado de Bittencourt é um símbolo, pairando magistralmente do céu as asas sagradas da Pátria, a inspirar o civismo que a luz eterna de sua glória, alta e sublime, irradia, com tão bela e tão forte intensidade (DOCCA, 1940, p. 11).

A carga semântica, nessa citação, que nos remete para uma idéia de eternidade, de comunhão sagrada entre pretérito, presente e futuro é significativa: *vicejar, florescer, e frutificar sempre, traços indelévels, coluna mestra do templo da nacionalidade*, pátria como espaço do sagrado, a *luz eterna da glória* e a *forte intensidade de sua irradiação* eram expressões que consubstanciavam o ideal do *ser* brasileiro, um misto de soldado, de filho e apóstolo, personificado na imagem supralunar, imóvel e perene de Bittencourt. O culto ao passado era, ademais, a coluna mestra da nacionalidade, o pilar material que mantinha incólume, para Souza Docca, a pureza, a essência e, portanto, a sacralidade do passado brasileiro.

Outro aspecto que chama a atenção para a sacralização do passado brasileiro operada pelo autor é o modo como ele lidou com aqueles autores cujo pensamento não corroborava suas afirmativas. Em momentos de ritualização rememorativa e comemorativa do passado, quaisquer manifestações dissonantes eram peremptoriamente solapadas, afastando o perigo da pureza imaginária da identidade. Aqueles que contestavam a unidade nacional, a *pacificidade* dos brasileiros e a *brasilidade* dos rio-grandenses eram tachados como autores cuja promiscuidade com paixões políticas era evidente. Os *detratores da pátria* eram, nesse sentido, abominados. Foi o caso, por exemplo, de um “profanador” das “verdades sagradas”: Alfredo Varela.

Varela foi um intelectual que polemizou com diversos historiadores, sobretudo com aqueles ligados ao círculo do IHGRGS, acerca da brasilidade do movimento farroupilha. O autor questionava a brasilidade dos farrapos, uma hipótese sustentada por Souza Docca, afirmando que esse movimento tinha um caráter separatista. Varela publicou sua monumental *História da grande revolução* em 1933, quando o Rio Grande do Sul estava prestes a comemorar o evento que dava, para Souza Docca e seus colegas do IHGRGS, o maior significado da “brasilidade gaúcha”. Eis o que afirmava Souza Docca acerca de seu êmulo:

O autor separatista [refere-se a Varela] não fez prosélitos entre os estudiosos de nosso passado, mas tem sido auxiliar magnífico dos interessados, por explorações políticas, em desprestigiar, aos olhos do grande público, os sentimentos de patriotismo dos rio-grandenses. Os historiadores sinceros, os

historiadores sem disfarce, sem idéias preconcebidas que têm meditado sobre o assunto, afirmaram sempre e continuam afirmando o que o retovado procura negar. Estamos no limiar do primeiro centenário da cruzada portentosa e o grande público brasileiro deve ser honestamente informado do verdadeiro ideal dos farroupilhas, ideal esse vazado em documentação vultosa e interessante, mas só conhecida dos estudiosos, e relatado em trabalhos de mérito, mas de divulgação restrita (DOCCA, 1935, p. 26).

Nada como fazer da neutralidade um grande pressuposto político de escrita e ação. O fato de haver uma “desinformação” num momento tão significativo como aquele, era para Souza Docca, preocupante. O autor falava, nesse sentido, não somente do público rio-grandense, mas brasileiro. Tratava-se de enfatizar o caráter de unidade à federação dos farroupilhas naquele momento<sup>5</sup>. Para Souza Docca, reproduzir a *falsa idéia separatista* no rito de comemoração do centenário farroupilha era dar espaço para a perpetuação de uma ilação cuja ausência de verdade assentava sobretudo na sua função arquetípica, afinal, ela implicaria a recusa histórica da brasilidade dos sul-rio-grandenses num tempo que era de sacralização desse mesmo passado como unidade brasileira do sul em relação aos demais estados da nação. Sua verdade residia muito mais na legitimação do presente do que numa dogmática da prova documental.

## 2 – O TEMPO DA RUPTURA

Até aqui, tentei delimitar o nível de tempo litúrgico-eterno como tempo de repetição, perpetuação e delimitação do sagrado. Por outro lado, havia a dimensão profana, “impura”, que Souza Docca tratava de afastar do *ser* brasileiro. Nesse sentido, o tempo da ruptura era o tempo que separava o *ser* do *não-ser*, a sua constituição interior da sua constituição exterior, a aquisição da pureza – a índole de pacificidade e unidade do Brasil – e a eliminação da mácula. Essa delimitação entre o puro – entendido aqui como aquilo cuja essência não está eivada de algo que a altere e que a avilte – e o impuro é própria, segundo Caillois (1988, p. 34), da delimitação do sagrado em relação ao profano.

O historicismo como relatividade do passado era uma forma de retomar o culto dos antepassados, mas ao mesmo tempo, o que era ambíguo, de ver no passado algo distinto do presente – embora este não pudesse ser compreendido sem aquele. Como coloca Berlin, o historicismo é a noção de que somente podemos compreender os outros seres humanos (na

---

<sup>5</sup> Importa enfatizar que havia um elo desse pensamento com o fato de Getúlio Vargas ser o presidente do Brasil naquele momento, mas o componente regionalista do pensamento de Souza Docca já se fazia presente em textos anteriores como, por exemplo, na poesia *Enigma*, publicada em 1913. Cf: (DOCCA, 1913, p. 162).

história), em termos de um ambiente bastante diferente do nosso próprio tempo (BERLIN, 1999, p. 63). O potencial disjuntivo do historicismo em relação ao presente permitia afastar da identidade perseguida no passado, uma *ontologia* do mal, uma forma de operar a disjunção entre o *Brasil pacífico* e os atores históricos beligerantes – lembremo-nos da suposta renúncia do Brasil aos ideais de conquista em 1828, quando outros países como os Estados Unidos, França, Inglaterra e Alemanha o praticavam.

Em termos de legitimação da pacificidade do brasileiro, o maior “obstáculo” para a afirmação identitária brasileira era o imperialismo do qual o Brasil era acusado na região do Prata no século XIX. Afinal, tal imperialismo era ameaçador da pacificidade brasileira não somente pelo fato de ser ofensivo, como também por ser fisicamente violento através da presença das guerras. Quando Souza Docca escreveu acerca do episódio no Prata, o *devoir* passou a ser um predicado de seu pensamento histórico e a concepção de tudo apreender a partir de sua época e em constante transformação era uma forma de “compreender” as ações luso-brasileiras no Prata. Pode-se verificar essa preocupação do autor na afirmativa:

O desprezo das causas determinantes dos acontecimentos, o julgamento dos atos humanos, sem a cogitação de suas finalidades: importa em erro capital – o esquecimento do caráter temporal da história, ou seja, do caráter típico desta, e na postergação dos métodos com que devem ser investigados ou escritos os fenômenos históricos, para que as narrativas inspirem respeito e mereçam fé (DOCCA, 1931, p. 5).

Em outro livro, publicado oito anos depois de *O Brasil no Prata*, Souza Docca repetia a sua hipótese:

Para o julgamento dos acontecimentos de uma época é necessário, é forçoso, é indispensável penetrarmos no passado e vivermos no ambiente da época estudada, dentro de sua moralidade, sentindo as inclinações e as necessidades então predominantes. Conhecidos os fatos, necessário também é que o historiador não transporte para o presente a significação que eles tiveram no passado. É claro, sabemos todos que os fatos não podem ser adulterados nem suprimidos; que devem permanecer e conservar a significação da época a que pertencem, mas só para essa época (DOCCA, 1939, p. 212).

Se antes o tempo eterno e o tempo litúrgico foram pensados em um movimento convergente de ligação do passado com o presente e com o futuro, a historicidade do passado e o caráter temporal da história eram marcos de disjunção do tempo. Souza Docca viveu essa ambiguidade no texto acerca do Brasil no Prata. Ao fixar a marca do *ser* do Brasil no concerto

externo quando das campanhas em prol da paz no Uruguai, o autor precisava romper com o que antecedia essa política – o chamado imperialismo. Em que sentido o passado poderia ensinar algo, se ele era ontologicamente distinto do presente, se sua significação tinha somente uma validade temporalmente tópica no seio de sua própria historicidade? Para todos os efeitos, Docca nunca deu uma resposta para essa aporia, e se quisermos tomar a consistência dessas afirmações para fins de legitimação ideológica, pode-se afirmar que a ideologia era desconstruída em seu próprio interior.

No mesmo texto em que Souza Docca mencionava o caráter temporal da história e colocava a consciência moral do povo sob a ótica do *devir*, ele se recusava a renunciar ao passado ou à parte dele, “sem quebra de dignidade”, posto que o passado “é um patrimônio que nos pertence íntegro: com todos os seus erros e acertos, com seus defeitos e suas perfeições, com seus vícios e suas virtudes – como tudo que é humano” (idem). A idéia do humano subsumia o *ser* brasileiro. Ao se referir ao passado “brasileiro”, o autor queria aceitá-lo integralmente, com seus erros (“humanos”, não brasileiros) e acolhê-los. Por outro lado, o rompimento através da historicidade apontava para o erro não como necessidade de ser esquecido, mas sim de ser lembrado como um momento de antecedência do sagrado, do perene e do puro, como uma passagem ritual do profano para o sagrado, do *não-ser* (o interior transitivo) para o *ser* (o interior constitutivo) do Brasil.

O fio de continuidade desses tempos múltiplos conduzia Souza Docca para a construção de uma identidade que se constituía pela sedimentação histórica. O passado introduzia no presente e no futuro, não uma alteridade, mas sim, para retomarmos Anderson (2005), uma comunidade nacional imaginada a partir de um elo ontológico dos tempos.

### 3 – O TEMPO LINEAR

Por outro lado, devemos sublinhar que havia um tempo futuro em sua perspectiva do passado. A eternidade produzida pela auto-geração deveria ligar não somente o passado e o presente, como também o futuro. A idéia da linearidade do tempo esteve presente não somente nas ocasiões em que o autor fez referência ao tempo como o grande apaziguador dos conflitos, na medida em que sua irreversibilidade conduzia os homens ao esquecimento (DOCCA, 1919, p. 229), mas sobretudo pelo fato de que havia uma consciência de esperança em relação ao futuro do Brasil.

A modernidade ilustrada criou uma concepção de tempo otimista, linear, progressista, predominantemente voltada para o futuro, para todo um horizonte de expectativas que via na

razão o fim último da felicidade e do bem-estar. De acordo com Koselleck, o fluxo desse tempo retilíneo gerou certo rompimento com as concepções tradicionais de tempo que viam o passado como o grande espaço de experiências exemplares. A sociedade moderna teve a linearidade como unificadora do tempo histórico (KOSELLECK, 2006).

A percepção do tempo enquanto linearidade levou Souza Docca a postular a história como um domínio necessário ao homem, de modo que ela fosse reproduzida e perpetuada no futuro. O autor pensava o alargamento do tempo futuro numa perspectiva otimista, mas condicionava a plena realização do futuro ao culto dos antepassados e à imitação dos exemplos cristalizados, especialmente nos casos em que a guarnição das fronteiras da nacionalidade tivesse, num passado, dependido do Rio Grande do Sul. Nesse sentido, o tempo linear, progressista e otimista, estava subordinado aos tempos da ruptura, da reprodutibilidade e do eterno, uma articulação que colocava o mito e as instâncias temporais que lhe são próprias como um fator condicionante para a plena efetivação da nação.

Ademais, a própria unidade do tempo histórico moderno – retilíneo e uniforme – levava à busca de um início e pressupunha uma ontologia do fim, de modo que a articulação entre os tempos linear, litúrgico, perene e da ruptura, mesmo carregada de certa tensão e ambiguidade interna, tinha como modelo unificador o *telos* do tempo moderno, uma forma de mitificar, portanto, o próprio tempo moderno na sua continuidade entre passado e futuro. Souza Docca não pensava o presente como algo degradado. Porém, isso não o impediu de preconizar um otimismo maior em relação ao futuro. Para ele, a veneração pelo passado era a forma “mais produtora” de manter a “grandeza moral da nação”. A grandeza moral da nação, segundo o autor, já residia no passado e no presente, mas manter o culto era uma forma de alargá-lo ainda mais no futuro, uma maneira de garantir que o futuro fosse melhor que o presente (mesmo que esse não fosse decadente) e que mantivesse incólume os alicerces da nacionalidade. O triunfo no futuro era a consagração do progresso em que o futuro seria diferente do presente, como resultado, como fim, cuja realização dependia não somente do passado, mas da forma como se deveria olhar para ele. A própria idéia de “semente” preconizada por Souza Docca no estudo acerca de Bittencourt, citado acima, era emblemática dessa postura otimista em relação ao futuro, ao ver nela a esperança de sempre frutificar exemplos vivificantes para a pátria. A verdade reproduzida pela história era indispensável para a realização do progresso.

Ainda nessa faixa teleológica de pensamento, o autor sustentava a primazia do Brasil no concerto internacional, condição que era garantida, segundo o autor, pela sua natureza de pacificidade. Essa disposição de Souza Docca postular a primazia do Brasil em questões

diplomáticas por ter sido o primeiro país, segundo ele, a se manifestar amigo da paz, também foi largamente aproveitada pelo autor quando proferiu uma conferência acerca do pan-americanismo<sup>6</sup>. Para o autor, a supremacia do Brasil no concerto americano era garantida pelo seu passado, na medida em que o pan-americanismo brasileiro teria nascido da “compreensão do alto sentido humano da vida e da imperiosa necessidade de paz” (DOCCA, 1943, p.1-4). Não era um desejo “nascido do perigo”, nem “simples egoísmo de defesa”, mas sim a continuidade da “tradição de nobreza e coragem de nossos maiores”, a manutenção da compreensão que os antepassados brasileiros “tiveram da importância da liberdade, como um direito natural do homem, para que ele possa contribuir com o seu braço e com a sua cabeça, para o esplendor e civilização da humanidade” (Idem).

Nessa passagem ficava claro o *telos* do Brasil no concerto internacional, um predicado que provinha do passado, na medida em que eram os heróis, “a tradição e a nobreza dos maiores” que garantiam essa condição. A paz, segundo Souza Docca, não era um instrumento, mas sim um fim em si mesmo. Para o autor, o Brasil tinha sido o único país a fazê-la de maneira correta, ao deixar margem para a “compreensão” que os brasileiros tiveram acerca da importância da liberdade, entendida no sentido de autodeterminação nacional.

A idéia de um Brasil cheio de bonomia para com seus vizinhos seduziu intelectuais canônicos no Brasil dos anos 30, entre eles Sérgio Buarque de Holanda, que afirmou, em *Raízes do Brasil*, publicado em 1936, que a idéia que “de preferência formamos para nosso prestígio no estrangeiro é a de um gigante cheio de bonomia superior para com todas as nações do mundo” (HOLANDA, 1995, p. 177). E para ele, o Segundo Reinado havia antecipado tal idéia, “e sua política entre os países platinos dirigiu-se insistentemente nesse rumo. Queria impor-se apenas pela grandeza da imagem que criara de si, e só recorreu à guerra para se fazer respeitar” (Idem).

Souza Docca pensava que a função da historiografia era apaziguar e servir de instrumento para a promoção da paz, posto que a própria história seguia a evolução do homem, que era sempre de melhorar, fator que distinguiria a modernidade da Antigüidade: “aí está a diferença que estabeleço entre o modo de divulgar a história na Antigüidade e nos tempos modernos. Deixando de ser elemento de provocação de guerras para ser instrumento de paz, ao serviço da verdade e da justiça” (DOCCA, [carta], 1939, 1p.).

Numa entrevista para o jornal *A Manhã*, Souza Docca afirmava que ainda faltava aos brasileiros saber cultivar e recordar os antepassados com orgulho, “apontá-los às gerações

---

<sup>6</sup> O artigo também foi publicado pelo Departamento de Imprensa e Propaganda do Estado Brasileiro, o que dá idéia da importância que essa crença tinha num momento tão conturbado como a Segunda Guerra Mundial.

novas e ao mundo” (DOCCA, 1942, p. 01). Os exemplos eram modelos não somente para os brasileiros, mas para todos os homens, uma forma de acelerar o progresso para o bem maior – a paz entre as nações –, onde o Brasil figuraria como uma espécie de condutor e mediador. Se a finalidade da história era servir como um instrumento de paz e de convivência harmoniosa das nações, o Brasil, em sua condição de gigante “cheio de bonomia”, era o país mais indicado para fazê-lo. Para Souza Docca, a tríade temporal – passado glorioso, presente estável e futuro otimista – era a fórmula que indicava a supremacia brasileira através da pacificidade, a imposição pelo *ser* brasileiro e não pelas armas.

Havia ainda, no tempo linear de Souza Docca, uma tradição forte do pensamento judaico-cristão. Haveria, após a realização final da história, outra condição marcada por um sobre-tempo, uma eternidade não mais produzida por auto-geração, mas pela supressão do tempo num momento de julgamento final. Porém, Souza Docca era um intelectual agnóstico, que negava a intervenção de Deus na história e postulava uma filosofia de negação do providencialismo divino. Nas suas obras, a história passava para um domínio imanente, mas havia um componente transcendente, a História, com a letra “h” em maiúsculo, que operava como um tribunal do mundo. Não era a história que os homens faziam, embora estivesse a ela relacionada, mas a “História serena e justa”, a testemunha dos tempos, a juíza vigilante de todas as ações humanas. Essa história era, para o autor, a entidade superior das ações, a instância máxima de julgamento dos homens. Era através da “História” que se revelaria o papel redentor do justo e a função destrutiva e infiel do mal diante do sagrado. Caberia à historiografia apenas apontar aquilo que já estava dado no ser do passado, consubstanciando o pensamento histórico com o ser.

Prevalecia, no pensamento de Souza Docca, a idéia de um Juízo Final secularizado, representado pela história no lugar de Deus, na condição de uma juíza universal decidindo os culpados e os inocentes na balança do julgamento final. Novamente referindo-se à famigerada questão do imperialismo no Prata, sobretudo numa polêmica com o escritor maranhense Humberto de Campos, dizia Souza Docca: “precisamos reagir contra o sentimentalismo que nos amolece e nos desprestigia, a fim de comparecermos perante o tribunal da História com nossas razões, para que possamos ser julgados como convém” (DOCCA, 1932, p. 89).

A idéia do julgamento já havia se manifestado na *Convenção preliminar de paz de 1828*, que tratava da participação do Brasil na independência do Uruguai em 1828:

Não há motivos para que por tais acontecimentos compareçamos perante o tribunal da história contritos a bater no peito. Devemos sim, aí nos

apresentarmos com a frente erguida e com a consciência de quem sabe que terá, no ajuste de contas final, um grande saldo a favor de suas boas ações (DOCCA, 1928, p. 209).

Para ele, confissões de penitentes no “altar sagrado da história” eram modos de demonstrar a verdade para além de todas as paixões, em sua essência destituída de tempo e confundida com “A História”, História que era “a justiça que fala, apontando ao veredicto público os criminosos e os inocentes” (DOCCA, 1919, p. 97).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ensino da história (uma das tarefas da historiografia) em termos cívicos às gerações presentes e futuras era o grande elo temporal para Souza Docca consolidar e difundir, entre seus pares e seu público leitor mais amplo, as idéias acerca da identidade nacional do Brasil e, de modo subsidiário, do Rio Grande do Sul. Esses tempos articulados convergiam para a concepção pedagógica de ligação do futuro ao passado em um presente de recordação ritualística. Souza Docca, ao mobilizar esse discurso, não pensou de modo simétrico e idêntico. Os tempos disjuntivos no interior do modelo pedagógico de escrever a história desestabilizavam o tempo do *ser*, mas a costura fornecida pela reprodução ritual, pela eternidade e pelo tempo linear permitia que se mantivesse, ao menos precariamente, o tempo imóvel da nação.

Enfim, mesmo para um historiador que reivindicava para si e para a sociedade a inscrição da escrita da história em uma pedagogia da nação, havia, nesse pensamento, problemas relativos ao tempo histórico, onde além de haver uma relação de legitimação ideológica do Estado Novo e da cultura nacionalista em voga nos anos 20 e 40 – condição que, de modo algum, desapareceu de sua obra –, havia também a complexidade e a articulação de múltiplas instâncias temporais, mobilizadas para fazer da historiografia uma luta contra a morte. Parafraseando Catroga (2001, p. 52), provavelmente Souza Docca – e toda a comunidade do IHGRS – soubesse que, no futuro da lembrança, os mortos ficariam órfãos de seus filhos.

## FONTES DOCUMENTAIS

DOCCA, Emílio de Souza. O primeiro centenário do combate do Monte Santiago. *Revista do IHGRS*, n. 27, p. 439-462, 1927.

- \_\_\_\_\_. *Causas da guerra com o Paraguai*. Porto Alegre: Livraria Americana, 1919.
- \_\_\_\_\_. *Marechal Carlos Machado de Bittencourt*. Rio de Janeiro: [s.n], 1940. Texto mimeografado. Caixa de Documentos de Souza Docca – IHGRGS.
- \_\_\_\_\_. *O sentido brasileiro da Revolução Farroupilha*. Porto Alegre: Globo, 1935.
- \_\_\_\_\_. Enigma. In: RODRIGUES, Alfredo Ferreira(org). *Almanaque Estatístico e Literário do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre/Pelotas/Rio Grande: [s.n], p.162, 1913,
- \_\_\_\_\_. *Limites entre o Brasil e o Uruguai*. Rio de Janeiro: Intendência do Exército, 1939.
- \_\_\_\_\_. [carta] 03 dez. 1939, Rio de Janeiro [para] José Aguiar [s.l] 1p. Comentário sobre o texto *A história à luz da filosofia*. Caixa de documentos de Souza Docca – IHGRGS.
- \_\_\_\_\_. Entrevista. *A Manhã*. Rio de Janeiro, 21 abr. 1942.
- \_\_\_\_\_. Pela verdade histórica. *Revista do IHGRGS*, Porto Alegre, n.46, p.81-111,1932.
- \_\_\_\_\_. *Convenção preliminar de paz de 1828*. São Paulo: Graf. Rossetti, 1928.
- \_\_\_\_\_. *O Brasil e o pan-americanismo*. Rio de Janeiro: [s.n], 1943.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Florêncio de. Souza Docca. In: DOCCA, Emílio F . de Souza. *História do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Org. Simões, 1954.
- ALMEIDA, Marlene. *Introdução ao estudo da historiografia sul-rio-grandense: inovações e recorrências do discurso oficial (1920-1935)*. Porto Alegre. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UFRGS, 1983. 273p.
- BELLO, Luis de Oliveira. General Souza Docca. *Revista do IHGRGS*. Porto Alegre, n.103, 1946.
- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas*. Lisboa: Ed. 70, 2005.
- BERLIN, Isaiah. *The roots of romanticism*. New Jersey: Princeton University Press, 1999.
- CALLOIS, Roger. *O homem e o sagrado*. Lisboa: Ed. 70, 1988.
- CATROGA, Fernando. Memória e história. In: PESAVENTO, Sandra. (org.). *Fronteiras do milênio*. Porto Alegre: Ed. da Universidade, p. 43-69, 2001.
- CERTEAU, Michel. *L'écriture de l'histoire*. Paris: Gallimard, 1975.
- DUARTE, Eduardo. General Souza Docca. *Revista do IHGRGS*. Porto Alegre, n. 98, p. 157-160, 1945.

- FAGUNDES, Mário Calvet. *Souza Docca: vida e obra*. Porto Alegre: [s.n], 1961.
- GUTFREIND, Ieda. *A historiografia rio-grandense*. Porto Alegre: Ed. da Universidade, 1998.
- HEIDEGGER, Martin. *Ser e tempo*. Campinas/Petrópolis:Ed.da UNICAMP/Vozes, 2012.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado*. Rio de Janeiro: Contratempo, 2006.
- LACAPRA, Dominick. *Rethinking intellectual history: texts, contexts, language*. Ithaca/London, Cornell University Press, 1983.
- ROSA, Otelo. Souza Docca e Aurélio Porto. *Revista do IHGRGS*. Porto Alegre, n.100, 1945.